Medida Provisória nº 718, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Altera as Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e Lei 12.780/2013, de 9 de janeiro de 2013, para instituir a Justiça Desportiva Antidopagem, atualizar a legislação brasileira, tornando-a mais técnica e efetiva na defesa, em âmbito nacional, do direito dos atletas de participarem de competições esportivas livres de quaisquer formas de dopagem, de modo a atender aos requisitos acordados para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, bem como contemplar ajustes que corroborem com a necessidade operacional dos Jogos Rio 2016 e amparem a atuação dos órgãos federais para consecução plena das responsabilidades e compromissos assumidos para a viabilização e realização exitosa do evento. A Medida Provisória também ajusta o art. 20, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para permitir, por meio de regulamento específico a ser editado pela Presidenta da República, a construção de diretrizes gerais para os procedimentos especiais, simplificados e prioritários que devem ser adotados por todos os órgãos e entidades da administração pública detentores de competência regulatória com o intuito de facilitar a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento ou inovação encomendadas. Por fim, efetua uma correção ocasionada pela publicação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, quando alterou o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.010/90. A correção permitir que as Fundações de Apoio à pesquisa continuem credenciadas junto ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq como "entidades privadas sem fins lucrativos".

Assunto: Administração Pública - Organização Administrativa

Data de Leitura: 06/07/2016

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Destino: À sanção

Último local: 06/07/2016 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 29/09/2016 - COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTINTA

Relatoria:

CMMPV 718/2016 - (Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de

Relator(es):

Deputado Federal Celso Jacob (encerrado em 16/06/2016 - Deliberação da matéria)

Senador Telmário Mota (Relator Revisor) (encerrado em 16/06/2016 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

07/10/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

29/09/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTINTA

Ação: (Ação legislativa referente ao DCN de 06/092016)
Consignado o encerramento, em 27 de setembro do corrente, do prazo previsto no § 2º do art. 11, "caput", da Resolução nº 1/2002-CN, e art. 62, § 11, da CF/88, sem a edição de Decreto Legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória.
Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.
Ao Arquivo.

29/09/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Esgotado o prazo previsto no § 2º do art. 11, "caput", da Resolução nº 1/2002-CN, e art. 62, § 11, da CF/88, sem a edição de Decreto Legislativo. À Secretaria de Atas e Diários para publicação no Diário do Congresso Nacional.

29/09/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Enviado após solicitação.

04/08/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

02/08/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 344, de 02/08/16, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 14/16, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, e transformado na Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016 (fl. 218).

À COARQ.

01/08/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem nº 430/2016, na origem, pela qual o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, restitui autógrafos do projeto de lei de conversão sancionado e transformado na Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016.
Encaminhe-se uma via do autógrafo à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 92

01/08/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

29/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À SLSF, atendendo solicitação.

TRAMITAÇÃO

29/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 13.322, DE 2016.
DOU - 29/07/2016 - Seção 1 - págs. 00001 a 00002.
Sancionada em 28/07/2016.

22/07/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: No prazo regimental, a Comissão Mista não se reuniu para apresentar o projeto de decreto legislativo, nos termos do art. 11, § 1°, da Resolução nº 1, de 2002-CN.
À SEXPE.

15/07/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Os prazos das Medidas Provisórias foram recontados em virtude da não interrupção da sessão legislativa (CF/88, art. 57, § 2). O novo prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo está publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

13/07/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Aguardando a elaboração do projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista, nos termos do art. 11, caput, da Resolução nº 01, de 2002-CN.

12/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 330, de 12/07/16, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 54/16 ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 190 a 198).

Remetido Ofício CN nº 331, de 12/07/16, ao Senhor Primeiro-Vice Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fls.199).

À COCM.

07/07/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 183 a 189).

06/07/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: Anunciado o recebimento do Ofício nº 1.137, de 2016, do 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, submetendo a apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2016, oriundo da presente Medida Provisória.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia, extrapauta, com aquiescência do Plenário.

Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Telmário Mota (relator).
São aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária e pertinência temática.
Aprovados o projeto de lei de conversão, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.
Ficam prejudicados a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.
À sanção.

TRAMITAÇÃO

O processado da proposição vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2012 – CN.

Publicado no DSF Páginas 141

Publicado no DSF Páginas 127-140

Publicado no DSF Páginas 97-98

06/07/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

06/07/2016 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhada ao Senado Federal.

06/07/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.137/16/SGM-P.

05/07/2016 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
Discussão em turno único.
Votação do Requerimento do Dep. Givaldo Vieira, na qualidade de Líder do PT, que solicita votação nominal para o Requerimento de retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminharam a Votação: Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG) e Dep. Givaldo Vieira (PT-ES).
Verificação da votação do requerimento, solicitada pelos Dep. Moema Gramacho, na qualidade de Líder do PT; e Daniel Coelho, na qualidade de Líder do PSDB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
Rejeitado o Requerimento. Sim: 4; não: 337; abstenção: 1; total: 342.
Votação do Requerimento do Dep. Givaldo Vieira, na qualidade de Líder do PT que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminharam a Votação: Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE) e Dep. Sibá Machado (PT-AC).
Retirado o Requerimento.
Votação do Requerimento do Dep. Ivan Valente, Líder do PSOL, que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminhou a Votação o Dep. Ivan Valente (PSOL-SP).
Rejeitado o Requerimento.
*** O Sr. Presidente lê Decisão da Presidência em que comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 718/2016 recebeu oito emendas parlamentares e que a Comissão Mista, no Parecer nº 21/2016, concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016.Na esteira do entendimento externado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, ocorrido em 15 de outubro de 2015, e nos termos do artigo 7°, II, da Lei Complementar nº 95/1998 e dos arts. 55, parágrafo único, e 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, considera como não escritos, os arts. 8º, 9º, 10 e 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, por não guardar qualquer relação temática com a Medida Provisória nº 718/2016.Pela mesma razão e com base nos mesmos fundamentos, deixa de receber destaques às Emendas nºs 1 e 3. Deixa, ainda, de receber destaques às Emendas nº 5, 6, 7 e 8 por violarem o art. 67 da Constituição Federal.
Retirado o Recurso do Dep. Celso Jacob (PMDB/RJ), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escritos os arts. 8º, 9º, 10 e 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, por se tratar de matéria estranha.
Retirado o Recurso do Dep. Celso Jacob (PMDB/RJ), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escrito o art. 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, à Medida Provisória nº 718, de 2016, por se tratar de matéria estranha.
Retirado o Recurso do Celso Jacob (PMDB/RJ), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escrito o art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, à Medida Provisória nº 718, de 2016, por se tratar de matéria estranha.
Retirado o Recurso do Celso Jacob (PMDB/RJ), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escrito o art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, à Medida Provisória nº 718, de 2016, por se tratar de matéria estranha.
Retirado o Recurso da Dep. Moema Gramacho (PT/BA), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escrito o art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, à Medida Provisória nº 718, de 2016, por se

TRAMITAÇÃO

tratar de matéria estranha.
Retirado o Recurso do Dep. Celso Jacob (PMDB/RJ), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escrito o art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016, à Medida Provisória nº 718, de 2016, por se tratar de matéria estranha.
Retirado o Recurso do Dep. Aelton Freitas (PR/MG), contra a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que considerou como não escrita a Emenda nº 1 à Medida Provisória nº 718, de 2016, por se tratar de matéria estranha.
Encerrada a discussão.
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN, ressalvados os destaques.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016, adotado pela Comissão Mista à Medida Provisória nº 718 de 2016 , ressalvados os destaques.
Retirado o destaque da bancada do PT, para votação em separado do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 2.
Retirado o destaque da bancada do PT, para votação em separado do art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 3.
Retirado o destaque da bancada do PT, para votação em separado do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 4.
Retirado o destaque da bancada do PSOL, para votação em separado do art. 55-A, criado no artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 5.
Inadmitido o destaque da bancada do PR, para votação em separado Emenda nº 1 apresentada à Medida Provisória nº 718/2016 – DTQ 7.
Inadmitido o destaque da bancada do PT, para votação em separado do art. 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 8.
Inadmitido o destaque da bancada do PT, para votação em separado do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 9.
Inadmitido o destaque da bancada do PT, para votação em separado do art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2016 – DTQ 10.
Votação da Emenda nº 2, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM - DTQ 6.
Aprovada a Emenda nº 2.
Votação da Emenda nº 4, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PRB - DTQ 1.
Aprovada a Emenda nº 4.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Celso Jacob (PMDB/RJ).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 718-A/2016 - PLV 14/2016).DCD do dia 06/07/16 PÁG 178 COL 01.

28/06/2016 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

21/06/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 291/2016, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 718/2016 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 21/6/2016 - 14h19 - 158ª Sessão).

17/06/2016 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 18/06/16 PÁG 42 COL 01.

17/06/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário para leitura. Publique-se.

TRAMITAÇÃO

17/06/2016 PLEN - Plenário

Ação: Apresentação da Mensagem n. 620/2016, pelo Poder Executivo, que: "Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória que ' Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências".

17/06/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 291/2016, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 718/2016. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 8 (oito) emendas e que a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 21, de 2016-CN, que conclui pelo PLV nº 14, de 2016.
Recebida a Mensagem nº 86/2016, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 718/2016.
Recebido o Parecer nº 21, de 2016-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV 718/2016, que conclui pelo PLV nº 14, de 2016.
Recebido o PLV nº 14, de 2016, da Comissão Mista da MPV 718/2016, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências".

17/06/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 291 de 17/06/2016, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado e respectivos autógrafos da referida Medida Provisória (PLV nº 14, de 2016, aprovado com emendas pela Comissão Mista).

À CD.

16/06/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação o Parecer nº 21, de 2016-CN, relator Deputado Celso Jacob, pela aprovação, com as emendas nº1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2016, que apresenta.
À Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 251-293

16/06/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação, no Diário do Senado Federal e em avulsos, do Parecer nº 21, de 2016-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016.
Após, à Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

16/06/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntadas contendo a tramitação da matéria na Comissão Mista (fls.130 a 135), as páginas da Ordem do Dia do Congresso Nacional com a composição da Comissão Mista (fls.136 a 138), e os seguintes Ofícios de substituição (fls. 139 a 150):

- Ofício nº 118, de 2016, do PT - CD;
- Ofício nº 24, de 2016, do PT e do Bloco de Apoio ao Governo - SF;
- Ofício nº 206, de 2016, do PSDB - CD;
- Ofício nº 57, de 2016, do Bloco PP/PTB/PSC/PHS - CD;
- Ofício nº 174, de 2016, do PMDB/PEN - CD;
- Ofício nº 40, de 2016, do PSB - CD;
- Ofício nº 6, de 2016, do PR/PSD/PROS - CD;
- Ofício nº 16, de 2016, do PSDB - SF;
- Ofício nº 47, de 2016, do PMDB E Bloco da Maioria - SF;
- Ofício nº 76, de 2016, do Bloco PP/PTB/PSC - CD;

TRAMITAÇÃO

- Ofício nº 102, de 2016, do PMDB e Bloco da Maioria- SF; e
- Ofício nº 186, de 2016, do DEM – CD.

Publicado no DSF Páginas 354

Publicado no DSF Páginas 424

Publicado no DSF Páginas 226

Publicado no DSF Páginas 176

Publicado no DSF Páginas 175

Publicado no DSF Páginas 177

Publicado no DSF Páginas 175

Publicado no DSF Páginas 896

Publicado no DSF Páginas 87

Publicado no DSF Páginas 423

Publicado no DSF Páginas 86

Publicado no DSF Páginas 177

16/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Realizada a 3ª Reunião da Comissão Mista.
Lidos o Relatório e a Errata do Deputado Celso Jacob.
Aprovado o Relatório do Deputado Celso Jacob, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das Emendas apresentadas; pela inconstitucionalidade das Emendas n.ºs 3, 5,6,7 e 8 apresentadas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 718, de 16 de março de 2016, pela aprovação das emendas nº 1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição da emenda nº 4.
Aprovadas as atas das 2ª e 3ª Reuniões.
À SLCN.
(anexados: convocação, lista de presença, Errata, Ofício nº 10/2016, texto final e atas das 2ª e 3ª Reuniões às fls. 105 a 129).

Publicado no DSF Páginas 57-61 PUB Ata da 3ª Reunião

15/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 16 de junho de 2016.

15/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório do Deputado Celso Jacob (fls. 83 a 104).

14/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
É realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Marco Aurelio Klein – Secretário Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; Eduardo de Rose – Gerente Geral de Serviços de Controle de Doping do Comitê Olímpico Rio 2016.
(anexados: convocação, lista de presença, Ofícios nºs 006 a 009/MPV 718-2016, e ata da 1ª Reunião, às fls. 72 a 82).

Publicado no DSF Páginas 50-56 PUB Ata da 2ª Reunião

10/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

TRAMITAÇÃO

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 14 de junho de 2016.

07/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 7 de junho de 2016 foi cancelada (Anexados Convocação e Ofícios nº 002 a 005/ MPV718-2016 às fls. 67 a 71)

03/06/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 7 de junho de 2016.

24/05/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Apresentado o Requerimento nº 1 pelo Deputado Celso Jacob, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 65 e 66).

20/05/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN, por meio do Ofício nº 104 -CN (fl. 64)

11/05/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 22, de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 05/05/2016, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 62 e 63).

Publicado no DSF Páginas 5

12/04/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Recebido o Ofício nº 482/2016/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ao Presidente da Comissão Mista que o prazo final para o recebimento da MPV nº 718/2016 pela Câmara dos Deputados é o dia 24 de junho de 2016 (fl. 61).

31/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Nesta data é reaberta a 1ª Reunião da Comissão. São eleitos o Senador Humberto Costa para Presidente e o Deputado Carlos Zarattini para Vice-Presidente; e designados Relator o Deputado Celso Jacob e Relator-Revisor o Senador Telmário Mota.
É aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV718-2016, do Senador José Pimentel, Presidente Eventual, e do Deputado Carlos Zarattini, Vice-Presidente Eleito, comunicando o resultado da 1ª Reunião.
(Anexados Lista de Presença da Reunião e Ofício nº 001/MPV718-2016 às fls. 57 a 60)

30/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Nesta data é aberta a 1ª Reunião da Comissão. A Comissão é instalada e a Reunião é suspensa, ficando a reabertura agendada para o dia 31 de março de 2016.

Publicado no DSF Páginas 61-62 PUB Ata da Reunião de Instalação Suplemento (nº D)

Publicado no DSF Páginas 356

TRAMITAÇÃO

30/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Anexado o Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do Bloco PMDB/PEN na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Celso Jacob para o cargo de Relator da Medida Provisória (fl. 56).

28/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Anexada Nota Técnica nº 16/2016, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 46 a 55).

28/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 8 (oito) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado GIACOBO 001; Deputado PAUDERNEY AVELINO 002; Deputado PEDRO UCZAI 003; Deputado LINCOLN PORTELA 004; Deputado IZALCI 005; 006; 007; 008; (anexadas às fls. 25 a 45).
As emendas serão publicadas no Diário do Senado Federal no dia 29/03/2016.

Publicado no DSF Páginas 88-108

28/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação: Anexado o Ofício nº 119, de 2016, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, indicando o Deputado Carlos Zarattini para exercer o cargo de Vice-Presidente da Comissão Mista (fl. 24).

28/03/2016 CMMPV 718/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 30 de março de 2016 (fl. 23).

23/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A Senhora Presidente da República adotou, em 16 de março de 2016, e publicou em Edição Extra do Diário Oficial da União do dia 17 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 718 de 2016.
"Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências".
Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 282-284

23/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

21/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntada a Mensagem n° 86, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 718, de 16 de março de 2016 (DOU de 17/03/2016 - Ed. Extra), às fls. 05 a 18.

18/03/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 718/2016:
- Publicação no DOU: 17-03-2016 (Ed. Extra)
- Designação Prevista da Comissão: até 48 horas após a publicação
- Instalação Prevista da Comissão: até 24 horas após a designação
- Emendas: até 23-03-2016;
- Prazo na Comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 13-04-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 13-04-2016;
- Prazo no SF: de 14-04-2016 a 27-04-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 27-04-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 28-04-2016 a 30-04-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 01-05-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 15-05-2016 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

17/03/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

Publicado no DOU Páginas 2-4

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 718/2016

Data: 21/03/2016

Autor: Presidência da República

Local: Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem n° 86, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 718, de 16 de março de 2016 (DOU de 17/03/2016 - Ed. Extra), às fls. 05 a 18.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências.

Quadro Comparativo

Data: 21/03/2016

Autor: Congresso Nacional

Local: Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem n° 86, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 718, de 16 de março de 2016 (DOU de 17/03/2016 - Ed. Extra), às fls. 05 a 18.

Descrição/Ementa: Legislação X MPV

Sumário Executivo

Data: 21/03/2016

DOCUMENTOS

Autor: -

Local: Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem n° 86, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 718, de 16 de março de 2016 (DOU de 17/03/2016 - Ed. Extra), às fls. 05 a 18.

EMENDA 1 - MPV 718/2016

Data: 22/03/2016

Autor: Deputado Federal Giacobo (PL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

EMENDA 2 - MPV 718/2016

Data: 22/03/2016

Autor: Deputado Federal Pauderney Avelino (DEM/AM)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

EMENDA 3 - MPV 718/2016

Data: 23/03/2016

Autor: Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

EMENDA 4 - MPV 718/2016

Data: 23/03/2016

Autor: Deputado Federal Lincoln Portela (REPUBLICANOS/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Listagem ou relatório

Data: 23/03/2016

Autor: -

Local: Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

Avulso inicial da matéria

Data: 23/03/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: A Senhora Presidente da República adotou, em 16 de março de 2016, e publicou em Edição Extra do Diário Oficial da União do dia 17 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 718 de 2016.
"Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências".
Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

DOCUMENTOS

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

EMENDA 8 - MPV 718/2016

Data: 23/03/2016

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

EMENDA 7 - MPV 718/2016

Data: 23/03/2016

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

EMENDA 6 - MPV 718/2016

Data: 23/03/2016

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

EMENDA 5 - MPV 718/2016

Data: 23/03/2016

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Emenda.

Data: 28/03/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 8 (oito) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado GIACOBO 001; Deputado PAUDERNEY AVELINO 002; Deputado PEDRO UCZAI 003; Deputado LINCOLN PORTELA 004; Deputado IZALCI 005; 006; 007; 008; (anexadas às fls. 25 a 45).
As emendas serão publicadas no Diário do Senado Federal no dia 29/03/2016.

Nota Técnica

Data: 28/03/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação Legislativa: Anexada Nota Técnica nº 16/2016, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 46 a 55).

Requerimento.

Data: 24/05/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação Legislativa: Apresentado o Requerimento nº 1 pelo Deputado Celso Jacob, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a

DOCUMENTOS

matéria (fls. 65 e 66).

Descrição/Ementa: Requerimento nº 1 do Deputado Celso Jacob de Audiência Pública

Relatório Legislativo

Data: 15/06/2016

Autor: Deputado Federal Celso Jacob (MDB/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Deputado Celso Jacob (fls. 83 a 104).

Descrição/Ementa: Relatório apresentado em 15.06.2016.

Relatório Legislativo

Data: 16/06/2016

Autor: Deputado Federal Celso Jacob (MDB/RJ)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação Legislativa: Realizada a 3ª Reunião da Comissão Mista.
Lidos o Relatório e a Errata do Deputado Celso Jacob.
Aprovado o Relatório do Deputado Celso Jacob, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das Emendas apresentadas; pela inconstitucionalidade das Emendas n.ºs 3, 5,6,7 e 8 apresentadas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 718, de 16 de março de 2016, pela aprovação das emendas nº 1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição da emenda nº 4.
Aprovadas as atas das 2ª e 3ª Reuniões.
À SLCN.
(anexados: convocação, lista de presença, Errata, Ofício nº 10/2016, texto final e atas das 2ª e 3ª Reuniões às fls. 105 a 129).

Descrição/Ementa: Errata apresentada em 16.06.2016

Texto final - Medida

Data: 16/06/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 718, de 2016

Ação Legislativa: Realizada a 3ª Reunião da Comissão Mista.
Lidos o Relatório e a Errata do Deputado Celso Jacob.
Aprovado o Relatório do Deputado Celso Jacob, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta Medida Provisória e das Emendas apresentadas; pela inconstitucionalidade das Emendas n.ºs 3, 5,6,7 e 8 apresentadas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 718, de 16 de março de 2016, pela aprovação das emendas nº 1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição da emenda nº 4.
Aprovadas as atas das 2ª e 3ª Reuniões.
À SLCN.
(anexados: convocação, lista de presença, Errata, Ofício nº 10/2016, texto final e atas das 2ª e 3ª Reuniões às fls. 105 a 129).

Descrição/Ementa: Texto do PLV aprovado pela Comissão Mista

Avulso de parecer

Data: 16/06/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Parecer nº 21, de 2016-CN, relator Deputado Celso Jacob, pela aprovação, com as emendas nº1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2016, que apresenta.
À Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 21/2016-CN

DOCUMENTOS

Quadro Comparativo

Data: 16/06/2016

Autor: Congresso Nacional

Local: Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação Legislativa: À Secretaria de Atas e Diários para publicação, no Diário do Senado Federal e em avulsos, do Parecer nº 21, de 2016-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 14/2016.
Após, à Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Legislação x MPV 718/16 x PLV 14/16 (aprovado na Comissão Mista)

Autógrafo - Medida

Data: 06/07/2016

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 06/07/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Anunciado o recebimento do Ofício nº 1.137, de 2016, do 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, submetendo a apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2016, oriundo da presente Medida Provisória.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia, extrapauta, com aquiescência do Plenário.

Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Telmário Mota (relator).
São aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e de adequação financeira e orçamentária e pertinência temática.
Aprovados o projeto de lei de conversão, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.
Ficam prejudicados a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.
À sanção.
O processado da proposição vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2012 – CN.

Descrição/Ementa: PLV nº 14, de 2016

Autógrafo - Projeto de Lei de

Data: 12/07/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 330, de 12/07/16, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 54/16 ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 190 a 198).

Remetido Ofício CN nº 331, de 12/07/16, ao Senhor Primeiro-Vice Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fls.199).

À COCM.
